

# O 8 de Março no país das senhoras e das mulherzinhas



M. Belo

1974. Alzira era criada de servir interna desde os 15 anos. Tinha 23. Um filho de dois anos que o pai não quis reconhecer e que vive com os avós maternos numa aldeia de Trás-os-Montes. Ganhava 1500\$00 por mês, dos quais mil levava para a alimentação do filho. Encontrou homem. Levou-o a visitar os pais. Iam casar. Ele desapareceu roubando-lhe os poucos haveres, deixando-lhe outro filho no ventre. Nunca ninguém soube e Alzira levava sozinha de vergonha por ter sido levada outra vez. Quando chegou a noite do parto, os padrões tinham saído e fechado a porta da rua à chave. Alzira teve o filho no quarto sozinha. Perdeu a cabeça de angústia. E abafou-o.

1975. Alzira foi julgada, defendida pelo advogado officioso. O juiz baixou a pena prevista, a mais alta do código penal — 24 anos —, para 14 anos, porque os padrões disseram que ela era boa rapariga. Se tivessem sido o primeiro filho, teriam sido só dois anos, porque a mesma lei prevê que as mães ou avós possam cometer actos destes para salvar a honra.

O outro filho, sem pai, esperará pela mãe, criado por quem queira fazê-lo. Quanto ao pai da criança morta, que fugiu sem querer saber, nem foi mencionado no julgamento. Muito menos julgado à revelia.

A minha geração foi criada e ensinada a dividir o mundo em quatro sexos: os homens, as senhoras, os homenzinhos e as mulherzinhas. A palavra mulher não se dizia, não tinha uso, soava esquisito, não era aplicável a ninguém. Apenas se falava da mulher de... Não havia mulheres, havia a minha, a tua e a dele; aliás, quase todas esposas. Ainda há bem poucos anos, sentia confusão e desajeito cada vez que tentava dizer "mulher" aplicado a alguém.

Claro que os homenzinhos e as mulherzinhas eram de certo modo neutros, sem sexo. Não eram da minha espécie. Eram móveis do meu mundo. Como em África os pretinhos e as pretinhas (entenda-se africanos e africanas).

Embora isto hoje me pareça ficção, é no entanto bem recente. E se as mulherzinhas tendem, depois do 25 de Abril, a desaparecer da linguagem e correlativamente da cultura, as senhoras ainda existem bem e belamente nas mentalidades de todos e até nas portas que é necessário distinguir por sexos, se escreve H.S.

Enquanto não houver uma geração que

tenha crescido sob o signo das mulheres e não ouvindo falar das mães como sendo senhoras ou mulherzinhas, não vale a pena pensarmos em movimentos de libertação ou emancipação. Não vou, pois, neste 8 de Março, analisar movimentos específicos de mulheres que ainda não existem enquanto movimentos culturais em Portugal. Ninguém esqueceu ainda a história de Alzira, criada de servir. A opressão sexual e física das mulheres em Portugal é gritante, mas serve o estatuto das senhoras. E enquanto estas puderem influenciar o poder não haverá mulheres que falem. Só senhoras que papagueiam e mulherzinhas que gritam. Ninguém ouve, nem umas, nem outras, nem umas às outras.

Talvez isto explique o que se passa em torno das recentes disposições legais sobre a família, a entrar em vigor no dia 1 de Abril. Ou antes, o que não se passa. Porque uma lei semelhante, em Itália, França ou Espanha teria sido um abalo cultural de monta. Entre nós, apesar de insistentes mas mornos artigos na imprensa, não se encontram ecos nem nas mulheres, nem nos homens, nem nos intelectuais, nem na Igreja, nem nos Partidos.

Será que a lei traduz como pretende os costumes já vigentes? No entanto, a descolonização que, essa sim, respondia a uma realidade de facto, ainda não cessou de dar pano para mangas. Porque, pois, esta espécie de conspiração do silêncio à volta do novo Código Civil, que é em nosso entender das poucas reformas conseqüentes com a Revolução que houve?

Argumentar que a lei não será levada à prática, parece-nos curto. É verdade que permanecem as práticas discriminatórias sociais relacionadas com o sexo e com a actividade sexual. É verdade que, nos factos, a maternidade e a paternidade continuam a não ser consideradas funções sociais pelos homens, pelos partidos, pelos governos sucessivos. É verdade que quando o director-geral do Trabalho promete resolver a questão do desemprego mandando as mulheres para casa (sabendo nós que só 14 por cento das mulheres que trabalham são casadas e trazem segundo ordenado familiar) nada mais resta às mulheres do que procurar desesperadamente marido num país em que eles escasseiam, e aceitarem quaisquer condições, até a de serem as suas mulheres a dias e a noites. É verdade que os contratos colectivos do pós-25 de Abril de 74 e de 76 continuam a discriminar gritantemente as trabalhado-

ras dos trabalhadores. É verdade que até os partidos de esquerda dizem que a culpa de tudo isto não é dos homens, é do capitalismo e que em última análise, ou em primeira, quem ganha com esta situação são os monopólios. É verdade que um operário jovem da cintura industrial de Lisboa dizia há dias, a propósito da Alzira, que 14 anos de cadeia não era muito porque não se devia encorajar pela benevolência casos semelhantes.

É verdade que nestas condições a lei entrará em vigor em silêncio. Até ao dia em que tendo as mulheres começado a servir-se dela nos tribunais sempre que lhes for possível, os homens se cansarem, façam a greve do zelo e responsabilizem as mulheres social e economicamente a 50 por cento.

Comearão então as senhoras e candidatas a tal a pedir ao então ministro da Justiça a lei antiga. Haverá abaixo-assinados com milhares de assinaturas. Porque, ao contrário das outras grandes leis revolucionárias do pós-25 de Abril, o novo Código da família não interessa sociologicamente a muita gente em Portugal. Nomeadamente, enquanto o código do Trabalho, da Previdência, o Penal, as leis do ensino, as da organização do Estado forem contraditórias com aquela. Não interessa aos homens. Não interessa às mulheres que lucravam com a antiga. Não interessa às mulheres populares que vivem um equilíbrio cultural próprio. Não interessa às centenas de milhares de mulheres sós, que, sem preparação para o serem numa sociedade de homens, dariam tudo, até a nova lei, para ter o seu lugar ao sol na antiga escravatura.

A nova lei só interessa a uma geração que não sabemos se já nasceu. Hoje as mulheres olham desconfiadas para um presente que os homens do poder lhes dão: são barras em ouro, cotadas no mercado internacional. Para elas são o medo do presente envenenado. Ou mais simplesmente a carta de alforria a que, antes, preferem mais uns colares de missangas.

Hoje, em Portugal, só as mulheres sabem o que é ter filhos. E vendem-se pela liberdade de os criar e os educar. Mal. Porque os filhos não são nossos. São de todos. E enquanto não conseguirmos deixá-los até que os homens (e os seus poderes) o entendam, vender-nos-emos sem tréguas para os ensinar apenas a serem senhoras das nossas filhas.

Alzira tinha-o entendido. Merece e paga 14 anos de cadeia.